

Niterói, RJ, Juruíuba

Qui, 27/05/2010



Seja Bem vindo à REBIA

[Cadastre](#) / [Assine](#) / [Anuncie](#)

Login de usuários

Nome de Usuário

Senha

Lembrar de mim

▪ [Esqueceu seu
senha?](#)

▪ [Esqueceu seu
usuário?](#)

▪ [Associe-se à REBIA](#)

Em Brasília, conselheiros do Conama fazem manobra regimental para a proteção do Código Florestal

Qui, 27/Mai/2010 00:00 [Código Florestal Brasileiro](#)



O conselheiro titular no Conama e presidente do PROAM, Carlos Bocuhy, pedirá vistas ao processo de resolução que dispõe sobre definição de metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente-APP. A matéria foi ponto de pauta da **98ª Reunião Ordinária do Conama**, que aconteceu na última quarta-feira, dia 26, às nove horas, em Brasília.

Vários pontos da proposta de Resolução Conama sobre a recuperação de áreas de APP apresentam risco à proteção da água, biodiversidade, fauna e a flora das áreas de APP. Conselheiros do Conama fizeram um parecer técnico que indica os erros da proposta de resolução.

Uma das questões apontadas na resolução de restauração de APPs é o uso da área voltada para a produtividade econômica, sendo que Áreas de Preservação Permanente não são destinadas à exploração econômica, e sim ao cumprimento de múltiplas funções ambientais, nos termos da sua definição legal.

O documento levanta sérias dúvidas em relação ao plantio de espécies exóticas, além de permitir a pecuária nas áreas de APP. Para proteção e recuperação de espécies nativas a resolução recomenda o isolamento ou cercamento da área, o que seria inviável, pois o isolamento impediria o trânsito da fauna na área de recuperação.

Há ainda outras questões no projeto cuja viabilidade depende da estrutura do poder público, como a capacidade de fiscalização e de gerenciar informações. Além disso, há conflitos com outras legislações que impediriam a eficácia da norma.

Segundo Carlos Bocuhy, é necessário que o Conama aprimore a resolução antes de submetê-la ao plenário. "A norma, do jeito que está proposta, só faz coadjuvar o episódio eleitoral e lastimável protagonizado pelo Congresso Nacional, onde interesses econômicos tentam abrandar o Código Florestal Brasileiro, priorizando o direito de propriedade sobre a necessária proteção da água e da biodiversidade".

Fonte: Proam